

Metamorfoses de um espaço urbano: a zona arqueológica da R. Afonso Henriques n.ºs 42 a 56, em Braga

Manuela Martins*, Armandino Cunha**, Fernanda Magalhães***, Jorge Ribeiro****, Cristina Braga***** e Raquel Peñin*****

Palavras-chave

Braga; arquitetura romana; evolução urbana

Keywords

Braga; Roman architecture; urban evolution

Resumo

Este artigo analisa a sequência de ocupação registada nas escavações realizadas em 1998 e 2002 no miolo de um quarteirão da área do Centro Histórico de Braga, identificado pelos n.ºs 42 e 56 da R. Afonso Henriques. Os trabalhos de arqueologia preventiva aí realizados permitiram identificar vestígios integrados num quarteirão da cidade romana, pertencentes a uma domus, construída em meados do século I, arrasada no século II para a construção de umas termas públicas, que se mantiveram em funcionamento até ao século V. Os sucessivos saques dos muros do edifício datam da Alta e Baixa Idade Média e poderão associar-se à construção das sucessivas cercas medievais erguidas nas imediações da área intervencionada. A ausência de construções posteriores à Antiguidade Tardia assinala a transformação da área em logradouro, anexo às casas que compunham um dos quarteirões do medieval Bairro das Travessas que persistiu na trama urbana da cidade de Braga até à segunda metade do século XIX.

Abstract

This paper analyzes the sequence of occupation registered in the excavations conducted in 1998 and 2002 in the core of a block in the area of the historic center of Braga, identified as 'R. Afonso Henriques, 42-56'. The preventive archaeological works allowed to identify architectonic remains integrated within a block of the Roman city, belonging to a domus built in the middle of the first century and razed in the second century for the construction of a public thermal building, which remained operational until the fifth century. The successive looting of the walls date back from the High and Late Middle Ages and may be linked to the construction of the successive medieval walls erected in the vicinity of the area under study. The absence of constructions after Late Antiquity highlights the transformation of the area in a backyard attached to the houses composing one of the medieval blocks of 'Bairro das Travessas', which persisted in the urban layout of the city of Braga until the second half of the nineteenth century.

* Professora catedrática da Universidade do Minho; responsável da Unidade de Arqueologia; investigadora responsável do Projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010 (mmmartins@uaum.uminho.pt)

** Arqueólogo do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (arqueologia@cm-braga.pt)

*** Investigadora do CITCEM, UMinho; bolseira de investigação do Projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010 (fernanda.epmagalhaes@gmail.com)

**** Bolsista de Pos Doc da FCT; Investigador do CITCEM, UMinho; investigador do Projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010 (jribeiro@uaum.uminho.pt)

***** Bolsista de doutoramento da FCT; Investigadora do CITCEM, UMinho; investigadora do Projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010 (cristina_arqueo@hotmail.com)

***** Bolsista de Pos Doc da FCT; Investigadora do CITCEM, UMinho; investigadora do Projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010 (rmarp@unileon.es)

1. Introdução

O presente artigo¹ dá a conhecer os resultados obtidos nas escavações realizadas em Braga, nos terrenos correspondentes ao miolo de um quarteirão moderno, delimitado a norte pela R. D. Afonso Henriques, a este pela R. de Santiago, a sul pela R. de S. Paulo e a oeste pela R. de Santo António das Travessas.

Os trabalhos arqueológicos foram realizados no âmbito de ações preventivas de minimização de impactes, devido à intenção de se proceder à remodelação do imóvel com fachada para a R. de Santiago (n.ºs 2-12), a qual implicava a remoção de terras no interior do quarteirão, suscetíveis de afetarem possíveis ruínas arqueológicas, sugeridas pelas ocorrências de vestígios em áreas anexas. Refira-se que, em 1993, haviam já sido identificadas estruturas relacionadas com um balneário romano, numa intervenção realizada num logradouro anexo, correspondente às traseiras do prédio n.º36-40 da R. Afonso Henriques.

Considerando a elevada sensibilidade do local a CMB impôs uma condicionante arqueológica para o referido terreno, que implicou a realização de trabalhos arqueológicos prévios à execução da obra. Os referidos trabalhos viriam a decorrer em duas fases distintas. A primeira fase teve lugar entre 18 de Maio e 10 de Novembro de 1998 e consistiu na escavação de um conjunto de 6 sondagens de 4x4m, abertas em xadrez, a fim de se cobrir a prática totalidade da área que viria a ser afetada pelas obras projetadas. Os trabalhos arqueológicos permitiram por a descoberto vários muros romanos, situados a uma profundidade de cerca de 2,5 m, correspondentes a um balneário, que se percebeu articulado com os vestígios exumados no ano de 1993 no logradouro anexo. A segunda fase de escavação decorreu em 2002, tendo sido realizada para concluir a escavação da totalidade do terreno, dando continuidade



Figura 1. Localização da Zona Arqueológica.

aos trabalhos que haviam sido interrompidos em 1998, devido às dificuldades sentidas na remoção das terras, em resultado da profundidade a que se situavam os vestígios arqueológicos².

Assim, e em concordância com as condicionantes arqueológicas definidas para o local, todo o interior do quarteirão foi objeto de intervenção arqueológica, de acordo com os respetivos planos de trabalhos arqueológicos aprovados pelos organismos de tutela (Fig. 2).

Os resultados conjuntos das duas intervenções, articulados com os que foram obtidos no logradouro anexo (R. Afonso Henriques, n.º36-40), permitiram identificar uma longa sequência de ocupação, balizada entre os inícios do século I e a atualidade.

¹ Este artigo insere-se no âmbito do projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010, financiado pela FCT e pelo Programa COMPETE.

² A direção científica dos trabalhos coube a Armandino Cunha, arqueólogo do GACMB, em colaboração com Francisco Sande Lemos, Manuela Martins e Manuela Delgado da UAUM. A execução dos trabalhos foi assegurada por uma equipa do GACMB, pontualmente reforçada por pessoal indiferenciado cedido pelo promotor da obra.

2. A sequência de ocupação

Para uma melhor interpretação das fases de ocupação romana da área intervenionada procurámos situar os vestígios dos edifícios identificados nesta zona arqueológica na planimetria da cidade de *Bracara Augusta*, produzida pela UAUM (Fig. 3), a qual tem vindo a ser sucessivamente consolidada a partir do cruzamento dos dados arqueológicos propiciados pelas largas dezenas de escavações realizadas em Braga nos últimos 38 anos (Martins e Delgado, 1989/90: 11-39, Martins et al., 1994, Martins, 2006, 2009). Do mesmo modo, a compreensão de algumas das estruturas exumadas, bem como da organização funcional das construções, resultam do conhecimento adquirido com o estudo dos quarteirões limítrofes ou de edifícios similares. Destacamos em particular os que se reportam às *domus* de *Bracara Augusta* (Martins, 1997-98: 23-46, Magalhães, 2010, Martins et al., 2012), ou aos balneários públicos romanos conhecidos até ao momento (Martins,

2005, Martins et al., 2011). Cabe igualmente destacar alguns estudos que foram realizados no âmbito de teses de mestrado de Arqueologia da Universidade do Minho, que permitiram analisar algumas estruturas exumadas na escavação, como é o caso dos equipamentos hidráulicos (Teixeira, 2012) e o edifício correspondente ao balneário (Sousa, 2012).

Os dados fornecidos pela escavação foram igualmente cruzados com aqueles que procedem de uma outra intervenção realizada em 1993 no logradouro do prédio correspondente aos n.ºs 36-40 da R. Afonso Henriques, onde se detetaram estruturas que podem ser articuladas com as exumadas nesta zona arqueológica. Por isso, as plantas interpretadas das diferentes fases construtivas (Fases II, III, IV e V) integram também os vestígios que foram identificados naquela escavação, facto que permite ter uma visão mais ampla da natureza das construções que ocupa-

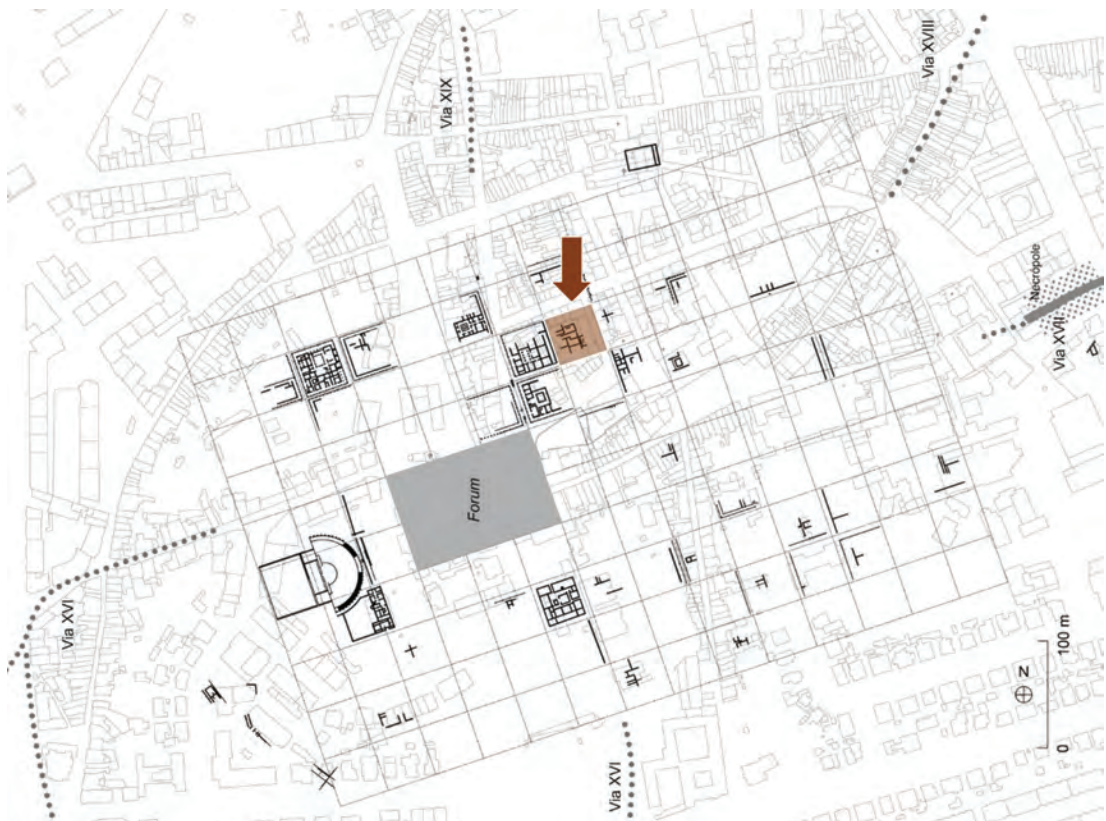


Figura 2. Planta geral georreferenciada das estruturas encontradas.

ram o quarteirão, quer na fase da *domus*, quer nas fases relacionadas com a construção e remodelação do balneário.

2.1. Fase I. Estruturas anteriores a meados do século I

O conjunto de estruturas mais antigas identificadas na escavação corresponde a valas e sapatas para a implantação de silhares, detetadas na parte a sul da área intervencionada. Trata-se de estruturas representadas por recortes abertos na arena de alteração granítica, cuja localização, em face da planimetria restituída da malha urbana da cidade, sugere que corresponderiam a silhares que delimitariam um decumano. Foram ainda identificadas duas outras valas relacionadas com estruturas situadas, quer no alinhamento da fachada da construção que se terá erguido no quarteirão situado a sul do decumano, quer no interior do mesmo.

Nenhum dos silhares se conservou, tendo sido todos saqueados em momentos distintos. Admitimos, contudo, que alguns deles possam ter sido implantados num período próximo da fundação da cidade, destinando-se a delimitar os quarteirões, após as operações cadastrais relacionadas com a marcação da malha urbana de *Bracara Augusta*, situação que já foi detetada noutros locais da cidade, designadamente na zona arqueológica do ex-Albergue Distrital. A este propósito merece particular destaque uma vala de saque de um dos silhares, cujo enchimento, constituído pela UE501, forneceu abundante material cerâmico, que aponta para uma cronologia que não ultrapassa os meados do século I (Ribeiro *et al.*, np). O conjunto dos vestígios correspondentes a esta fase, balizada na 1.ª metade do século I e associados a valas de implantação de silhares, fossas e a um pavimento de terra batida, não permite esclarecer a natureza da utilização do quarteirão, sendo de destacar que a mesma situação ocorre nos quarteirões limítrofes, a poente (ZA FCB/SAT) e a sudoeste (ZA ex-Albergue Distrital), onde durante o mesmo período se instalaram oficinas



Figura 3. Localização do quarteirão romano onde se localizam as estruturas encontradas

de metalurgia, algumas das quais de tradição indígena, que julgamos corresponderem a estabelecimentos construídos em materiais perecíveis.

2.2. Fase II. Construção e ocupação da *domus*

Tendo por base os materiais presentes nalgumas valas de fundação de muros, de enchimentos sobre a rocha, bem como os que procedem das valas de saque dos possíveis silhares que assinalaram a primitiva ocupação da área escavada, datáveis da 1.ª metade do século I, podemos considerar que em meados daquele século terá sido edificado o quarteirão onde se integram a grande maioria das estruturas exumadas nesta interven-

ção arqueológica. Salientamos a analogia desta situação com a observada nos quarteirões situados a nascente do cardo máximo, igualmente urbanizados em meados do século I, após uma fase em que terão sido ocupados por construções de tipo artesanal, cujas evidências surgem amortizadas nas valas de fundação das estruturas pétreas mais antigas (Martins *et al.*, 2012).

São vários os muros que podemos seguramente integrar nesta fase, muito embora existam evidências de outros que foram totalmente saqueados em remodelações posteriores, representados por recortes na arena de alteração granítica.

Na parte sul da área intervencionada podemos atribuir a esta fase o muro identificado com a UE022, que deveria corresponder à fachada sul do edifício, pois situa-se no limite da área do quarteirão e possui uma largura de 0,60 m, valor que, em média, é o que caracteriza os muros perimetrais dos edifícios romanos conhecidos em Braga. A parte descoberta do muro é muito reduzida, mas julgamos que possuiria uma abertura que seria limitada pelo silhar correspondente à UE040, definindo uma entrada a partir do pórtico anexo (Fig. 4). Esta daria acesso a um corredor de circulação que seria limitado a poente pelo muro identificado com a UE041, orientado no sentido S/N. O muro possui duas fases distintas que se diferenciam claramente pelas características do aparelho. Tudo indica que deveria possuir inicialmente uma abertura central que terá sido entaipada numa fase posterior. Os muros correspondentes às UEs 0136 e 137 são contemporâneos, possuindo uma vala de fundação comum, sendo perpendiculares entre si. Juntamente com os muros anteriores, definem um compartimento retangular (área 1) com 7,5 m de comprimento por 3,9 m de largura, que se situava a poente do corredor já referido. Ainda no setor sul foi identificado um pequeno troço de um outro muro (UE064), que se encontra bastante saqueado, cuja orientação E/O sugere que deveria encostar a nascente ao correspondente à UE137.

Outras estruturas podem ser inferidas a partir de alguns recortes na rocha, sugestivos da presença de muros que terão sido totalmente saquea-

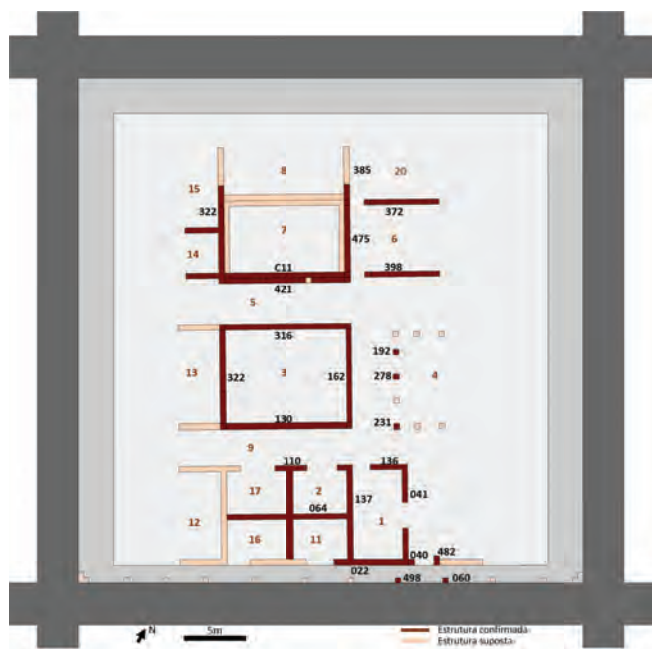


Figura 4. Planta interpretada das estruturas na Fase II.

dos, aquando da construção do balneário, na fase seguinte. Um desses muros faz-se adivinhar pelo recorte de uma vala de fundação (UE110) sendo paralelo ao identificado com a UE064. Deveria encostar à UE137, encontrando-se no mesmo alinhamento da UE136. Um outro muro (UE077), interpretado a partir da vala de fundação, possuía uma orientação N/S e estaria articulado a norte com a UE110 e, a sul, com a UE064. Tendo em conta os muros referidos julgamos que definiriam um pequeno compartimento (área 2), a sul do qual se situaria um outro referenciado como área 11. Este último espaço poderia corresponder a uma taberna, aberta ao pórtico. O mesmo podia acontecer com o espaço identificado como área 16.

O compartimento correspondente à área 2 estaria integrado na estrutura da casa e abriria para um corredor de circulação (área 9), que se situaria a norte do muro identificado pela UE110. Este corredor, com cerca de 2,9 m de largura (10 pés) estaria limitado a norte pelo muro referenciado pela UE130, que define a parede sul de um espaço retangular (área 3), com 10 m no sentido E/O e 8,5 m no sentido N/S. Com cerca de 0,60 m de espessura, os muros que definem a área 3 eram re-

matados por silhares. A norte do muro desenha-se um corredor com 2,10 m de largura (área 5), que é limitado a norte pelo muro correspondente à UE421, que se apresenta muito arrasado, revelando apenas uma face que está associada a dois silhares. Este muro parece definir, em conjunto com os muros identificados com a UE475, a nascente e a UE322, a poente, um compartimento com 10 m de largura (área 7). O seu limite norte está representado pelos vestígios conservados da canalização C11, cujas características sugerem que se trataria de uma canalização aberta, tipo canal, que deveria correr ao longo dos muros correspondentes à UE475, a nascente, UE421, a sul e UE322, a poente.

A nascente da área 7 desenha-se um outro espaço (área 6), limitado a norte pelo muro definido pela UE0372 e, a sul, pela UE398, desconhecendo-se o seu limite nascente. A norte deste compartimento existiria um outro (área 10), do qual só se conhece o limite poente. poente, referenciado pela UE385, definindo o limite nascente de um outro espaço (área 8) que se desenvolvia a norte da área 7, sendo limitado a poente pela UE322.

A nascente da área 3 foi detetado um conjunto de valas de implantação de silhares identificados no limite nascente da área escavada, que terão sido saqueados aquando da construção do balneário, na fase seguinte, tendo alguns sido reaproveitados. Na verdade, julgamos que os silhares referidos poderiam formalizar o limite poente de um pórtico de um peristilo com 5 colunas, que deveria desenvolver-se a nascente da área escavada. O pórtico nascente (área 4) teria cerca de 3 m de largura (10 pés).

Face à natureza das estruturas que atribuímos a esta fase julgamos que o primeiro edifício que se instalou no quarteirão correspondia a uma *domus*, presumivelmente de peristilo, construída em meados do século I (Fig. 4), que terá sido parcialmente arrasada para a construção de um balneário no século II.

2.3. Fase III. A construção do balneário antonino

Os vestígios exumados de várias estruturas claramente associadas a termas não deixam dúvidas quanto à transformação funcional da área escavada, ocorrida talvez em meados do século II. Do mesmo modo, a dimensão dos espaços frios e quentes conhecidos sugerem que estamos perante um edifício público, cuja construção implicou uma alteração morfológica da área sul do quarteirão, sendo contudo evidente que grande parte dos muros construídos na fase anterior, sobretudo na parte central e norte, foram reaproveitados para estruturar as áreas funcionais do balneário (Fig. 5).

Julgamos que o muro UE022 terá continuado a desempenhar a função de fachada sul do edifício. No entanto, foi possível observar no setor sudeste da área escavada que parte dele foi desmontado, tendo sido construído um outro, paralelo, correspondente à UE0023, com cerca de 0,50 m de largura. A proximidade dos dois muros e o facto de entre eles existir um poderoso enchimento de pedras, leva-nos a pensar que terão funcionado em simultâneo, tendo a UE023 reforçado a



Figura 5. Planta interpretada das estruturas na Fase III.

estrutura da parede sul do balneário, exceto na área onde parece desenhar-se uma entrada, que já existia na fase anterior.

Dos muros construídos na fase anterior ter-se-ão mantido em funcionamento, na parte sul, os correspondentes às UEs 064 e 041 e os muros representados pelas UEs 136 e 137, tendo este último sido prolongado para norte, ligando-se ao muro definido pela UE130. Também o muro referenciado como UE136 sofreu uma alteração, sendo fechada a anterior passagem, que se situava a poente do muro. Assim, a área 1, mantém-se nesta fase, tendo sido construído na sua parte sul o muro correspondente à UE0035, orientado no sentido O/E, com 0,55 m de largura, que encosta à UE041. A sua construção criou uma pequena divisória na parte sul do compartimento, cujas características, em articulação com a canalização CAN1 fazem supor a sua funcionalidade como latrina.

A poente do muro representado pela UE137 vai surgir um novo compartimento (área 2), retangular, com 10 m de comprimento (sentido E/O) por 10 de largura, definido a sul pela UE064 e a norte pela UE130, presumindo-se que poderia fechar a poente num prolongamento para sul do muro definido pela UE322.

Também o conjunto dos muros definidos pelas UEs 130, 162, 316 e 322, construídos na fase anterior, foram conservados passando a definir as paredes de um compartimento quente, presumivelmente um *caldarium* (área 3). O compartimento manteve as mesmas dimensões da fase anterior, possuindo cerca de 10 m, no sentido E/O, por 8,5 m, no sentido N/S. A configuração do hipocausto apresenta uma forma em cruz, sendo os cantos ocupados por estruturas simétricas, que desenham 4 pequenos compartimentos que interpretamos como piscinas, com cerca de 3x2 m (Fig. 6). Todos os muros que formalizaram os espaços das piscinas assentam diretamente na arena granítica, não possuindo vala de fundação. O hipocausto não possui qualquer base, assentando os colunelos diretamente na arena granítica, relativamente regularizada. O espaçamento entre os colunelos é de 0,45 m. Desconhecemos,

todavia, se o hipocausto seria formado por pilstras de tijolos ou se, pelo contrário, a *suspensura* seria suportada por arcos, como acontecia no caldário da área 15, detetado nas escavações realizadas em 1993. A boca do *praefurnium*, destinado a alimentar o hipocausto, encontrava-se integrado no muro correspondente à UE162, aproximadamente a meio, sendo definida por dois pequenos silhares, um a norte (UE189) e outro a sul (UE263), que se prolongam em muretes feitos de blocos de pedra UEs 214 e 223), que definiam um canal externo de combustão, com cerca de 2 m de comprimento, por 0,70 m de largura. As paredes da estrutura de combustão definiam os limites de duas estruturas retangulares, que encostavam ao lado externo da parede definida pela UE162 (Fig. 6). As duas estruturas, com cerca de 1,30 m de comprimento cada e uma largura de 0,70 m, parecem definir duas bases para colocação de lenha destinada a alimentar o hipocausto, integrando-se numa área de serviços (área 4), cujo limite nascente poderia ser definido pelo prolongamento do muro assinalado como UE041, possuindo, nesse caso, cerca de 11 m de comprimento por 4 m de largura, abrindo para um corredor de circulação (área 14). Imaginamos que este corredor de circulação estaria articulado com uma entrada de serviço, que deveria corresponder aproximadamente ao local onde se situava a entrada da casa na fase anterior.

A poente do caldário (área 3) deveria existir uma outra sala (área 13), cujos limites se situam fora da zona escavada e da qual apenas se conhece o limite sul correspondente ao muro identificado com a UE504, profundamente saqueado, que deveria encostar ao muro definido pela UE322 situado a leste, sendo provável que fosse limitado a norte pela UE316. Presumimos que esta área, contígua ao caldário, pudesse ser também aquecida, podendo desempenhar a função de tepidário. A sul deste espaço desenhar-se-ia um espaço frio (área 12) que deveria ter ligação com a área 2, a nascente. A norte do caldário desenhava-se um corredor (área 5), com orientação E/O, com 3 m de largura (10 pés), identificado numa extensão de 15 m, limitado a sul pela parede norte do caldário (UE316) e a norte pelos muros corres-



Figura 6. Perspetiva do hipocausto do caldarium, com o prefúrnio em primeiro plano.

pondentes às UEs 461 e 398. Trata-se presumivelmente de um *ambulacrum* distribuidor para diferentes salas.

A norte do corredor desenvolvem-se dois espaços frios que dão continuidade aos que anteriormente existiam, embora com outras funções. A nascente existiria um compartimento (área 6), cujo limite nascente é desconhecido, que recebeu nesta fase um pavimento de tijoleira tipo *lydion*. O acesso ao compartimento deveria ser feito através do corredor (área 5). Por sua vez, a poente desenha-se a área 7, correspondente a um espaço rectangular, com cerca de 10 m de comprimento por 5,60 m de largura, que possuía um tanque central, com cerca de 7,5 m de comprimento por de 2,5 m largura, definido por um muro em *opus laterício* (UE345=360). Não conhecemos a profundidade exata do tanque mas sabemos que possuía um pavimento de *opus signinum*, cuja cota se situava a 191,20 m. Trata-se, por conseguinte, de uma estrutura que se inseria numa área fria, rebaixada relativamente à cota do corredor situado a sul (área 5) e ao compartimento a poente (área 6), que possuíam cota de 192,10/192,20 m. O pavimento do tanque assentava sobre um poderoso enchimento composto por material laterício fragmentado que regularizou a superfície do terreno (Fig. 7). Na parte nascente do compartimento, a cerca de 1 m da parede oeste foi construído um outro muro (UE468) que pensamos poder formalizar um banco corrido ao longo da parede.

A norte da área 7 deveriam existir dois compartimentos frios, cujas dimensões exatas desconhecemos. Aquele que se situava a poente (área 8) era limitado a leste pela UE322, a sul pelo muro UE467 e a oeste pela UE414. A nascente desenvolvia-se o compartimento correspondente à área 9, que exibia um pavimento de tijoleira (UE486). A poente da parede definida pela UE385 existiria um outro compartimento (área 10).

Tendo por base os dados facultados pela escavação realizada na parte noroeste do setor escavado, em 1993, podemos presumir que a área 8 correspondia a uma área de serviços, onde se situava o *prefurnium* que aquecia o hipocausto da área 15, que deveria corresponder a um caldário.



Figura 7. Perspetiva da parte nascente do tanque da área 7.

A sul deste espaço quente desenvolvia-se uma sala fria (área 14), à qual se devia aceder a partir do corredor situado a sul (área 5).

As escavações permitiram identificar várias estruturas que nos ajudam a compreender o sistema hidráulico do balneário.

O abastecimento do tanque de água fria, referenciado na área 7, seria garantido pela canalização CAN3, que foi referenciada em várias sondagens e que conduzia a água a partir da rua, através da área de serviços do caldário (área 4). Embora se encontre bastante saqueada, foi possível identificá-la numa extensão de 8,80 m (Fig. 8). Trata-se de uma canalização em caixa, com lastro em material laterício, paredes em pedra e cobertura em lajes de granito. A estrutura apresenta um pendor para noroeste e tudo indica que deveria prolongar-se no sentido sudeste, em direção ao decumano, cruzando uma área que se situa fora do limite da zona intervencionada.

Foram encontradas várias canalizações que asseguravam a drenagem de águas sujas para o exterior do edifício. Uma foi referenciada como canalização CAN2 e cruza a área 12, possuindo



Figura 8. Perspetiva da canalização 3 de adução de água limpa.

uma orientação NO/SE. Trata-se de uma canalização em caixa, referenciada numa extensão de 2,40 m, que se apresenta em razoável estado de conservação. Possui o lastro, as paredes e a cobertura de tijoleira.

A interpretação de vários recortes na arena de alteração granítica sugere que terá existido um sistema de drenagem articulado entre as quatro piscinas da área 3, as quais drenariam a água suja, através da área 2, em direção à área 11, para onde convergia também a água da CAN2.

A configuração retangular da área 11 e o facto de estarmos num setor periférico do edifício próximo da fachada, sugere que este espaço pudesse constituir uma entrada do balneário, formalizando, talvez um pequeno pórtico anexo à entrada no edifício que seria rasgada no muro definido pela UE064. A colunata poderia situar-se no alinhamento da fachada, pelo que este espaço possuiria cerca de 3 m de largura. Se admitirmos uma entrada neste setor do edifício, poderíamos interpretar como *apodyterium* a grande sala de 10x7 m, correspondente à área 2, que deveria possuir uma ligação à área 1, onde poderiam estar implantadas umas latrinas.

O conjunto de compartimentos definidos pelas áreas 2, 3, 12 e 13 parece assim constituir um setor orgânico das termas, que definiria uma articulação entre um *apodyterium* (área 2), um *frigidarium* (área 12), um possível *tepidarium* (área 13) e um *caldarium* (área 3). Este setor estaria limitado a norte por um corredor (área 5) que dava acesso a outro setor das termas situado a norte do qual se conhecem vários espaços frios (áreas 6, 9 e 10) que parecem estruturar-se em torno do espaço frio com um tanque, correspondente à área 7. Para além destes espaços existia uma área de serviços (área 8) onde se situava o *prae-furnium* que alimentava o hipocausto de um outro *caldarium* (área 15), a sul do qual existia um compartimento frio (área 14).

Com base nos dados disponíveis e dada a circunstância de não conhecermos os limites do edifício a norte, este e oeste, podemos apenas considerar a hipótese do balneário se estruturar

em duas áreas mais ou menos autónomas, separadas pelo corredor correspondente à área 5. Enquanto aquela que se situava a sul parece oferecer uma articulação com uma possível entrada pelo decumano sul (área 11) não é de todo possível restituir a circulação da parte norte, onde parecem desenhar-se dois conjuntos de salas com circuitos distintos. Um deles está representado por um caldário (área 15), anexo a um frigidário (área 14), cujo acesso seria feito a partir do corredor. Imaginamos que o tepidário deveria localizar-se a poente ou a norte do caldário. O outro conjunto compreendia vários espaços frios, designadamente a (área 6) que dava acesso à área 7, muito provavelmente através de escadas para vencer o desnível de cota. A partir da área 6 era possível aceder à área 10, possuindo a área 7 uma articulação com a área 9.

2.4. Fase IV. A remodelação do balneário

Num período que admitimos situar-se entre finais do século III/ inícios do IV registam-se algumas importantes transformações no balneário, que transformam a funcionalidade de alguns espaços (Fig. 9). Um dos aspetos mais marcantes

da remodelação operada nesse período associa-se ao aumento dos espaços frios do balneário e a uma diminuição de áreas aquecidas, característica que é comum noutras termas de *Bracara Augusta*, designadamente nas termas do Alto da Cividade (Martins, 2005).

Muito embora se tenha mantido a estrutura formal básica do edifício herdada do período anterior existem algumas alterações dignas de nota que passamos a referir de sul para norte.

Tudo indica que os limites do edifício não terão sofrido alterações. A antiga área 1, definida pelas UE041, a nascente, UE023, a sul, UE137, a poente e UE136, a norte, mantém-se nesta fase, sendo possível que possa ter continuado em funcionamento a latrina que existiria na fase anterior, situada a sul da área 1

A área 11 ter-se-á mantido sem alterações morfológicas, continuando a assegurar a função de entrada no edifício, a partir da rua sul. Já o compartimento situado a norte (área 2) sofre um encurtamento no sentido E//O, determinado pela construção do muro correspondente à UE128, com orientação N/S, limitado a norte pelo muro definido pela UE130 e a sul presumivelmente pelo muro identificado com a UE064. A sala passa a possuir 7 m de comprimento no sentido N/S por 6,30 m de largura.

A poente do referido da UE128 ter-se-á formalizado um outro espaço frio (área 12), que seria limitado a norte pelo muro correspondente à UES04 e a sul pelo muro definido pela UE023. Este compartimento recebeu um pavimento de *opus signinum* (UE503), forrado de tesselas, que se situava à cota de 192,20 m.

O anterior *caldarium* (área 3) foi transformado em área fria, tendo o hipocausto sido entulhado, tal como as quatro pequenas piscinas que existiam nos cantos da sala, tendo sido entaipada a boca do *praefurnium*. Sobre os níveis de enchimento do hipocausto foi assente um solo de *opus signinum* (UE506), que revelou decoração com mosaico, infelizmente muito destruído, cuja cota é de 192,20 m.

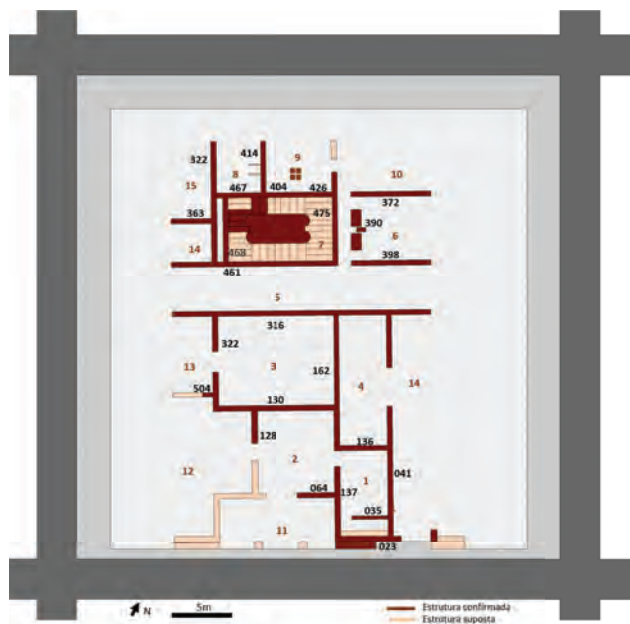


Figura 9. Planta interpretada das estruturas da Fase IV.

A poente da nova sala fria (área 3) deveria existir um outro espaço frio (área 13), o qual recebe igualmente um pavimento de *opus signinum* (UE099), decorado com mosaico. Admitindo que esta sala teria funcionado no período anterior como *tepidarium*, é de supor que o seu hipocausto tenha sido entulhado para permitir o assentamento do pavimento com decoração mu-siva.

A norte persistiu o corredor correspondente à área 5, que revelou também vestígios de um pavimento de *opus signinum*, igualmente decorado com *opus tessellatum* (UE513), o qual se situa à mesma cota dos pavimentos das salas já referidas.

A norte do muro definido pela UE461, que corresponde ao limite norte do *ambulacrum* (área 5), persistiu o anterior espaço frio (área 7), no qual se registam algumas transformações. Assim, no limite norte, constituído pelos muros definidos pela UE467 a poente e pela UE426 a nascente, verifica-se o encerramento da anterior passagem, com a construção do muro definido pela UE404, com cerca de 1 m de comprimento por 0,40 m de largura. O encerramento daquela passagem encontra-se associado a uma repavimentação da área 7 e à alteração de funcionalidade da área 9, situada a norte.

Assim, o tanque da área 7 foi inutilizado com a construção de um novo pavimento de *opus signinum* (UE363=341), que será rematado por um pavimento constituído por lajes de granito (UE403=471), que terá forrado todo o espaço envolvente do pavimento referido, adaptando-se aos recortes do tanque anterior, conforme foi possível observar no setor poente, onde se preservaram os vestígios do referido pavimento, limitado a oeste pelo muro definido pela UE468. A área 7 terá assim mantido a sua função de área fria, tendo a sua cota sido ligeiramente elevada para 191,40 m. O acesso a este espaço poderia ter continuado a ser garantido através da área 6, cuja cota se situa a 192,10 m, certamente através de escadas. A esta fase deverá corresponder a implantação no piso de tijoleira desta sala das estruturas

definidas pela UE390, compostas por fragmentos de tijoleiras, definindo retângulos com 1,5 m de comprimento por 0,90 m de largura.

A partir dos dados fornecidos pelas escavações realizadas em 1993 na parte noroeste da área intervencionada sabemos que o hipocausto do *caldarium* que se situava na área 15 foi entulhado, tendo o compartimento sido transformado em área fria e recebido um pavimento de *opus signinum* (UE524), decorado com tesselas, que regista uma cota de 192,10 m. Também a área fria situada a sul (área 14) recebe um novo pavimento (UE545) com as mesmas características, o qual possui uma cota similar.

A construção do muro definido pela UE404, que entaipou uma passagem anterior parece associada à transformação da funcionalidade do compartimento situado a norte (área 9), anteriormente frio, que terá sido transformada em espaço quente, pela instalação de um hipocausto sobre o anterior solo de tijoleira (UE436). Por isso, consideramos que o espaço anexo a poente (área 8) terá continuado a funcionar como área de serviços, onde se terá instalado um novo *prae-furnium*, aberto na parede definida pela UE414, o qual passa a alimentar o espaço quente que se instala na área 9.

A transformação do anterior *caldarium* (área 3) em espaço frio determinou igualmente a alteração da anterior área de serviços situada a nascente (área 4). Julgamos que com a desafetação do *prae-furnium* a área de serviços terá sido entulhada e transformada em espaço frio acessível a partir da área 14, que se deve ter transformado num corredor de circulação que se articularia com o *ambulacrum* definido pela área 5.

O sistema hidráulico desta fase revela-se mais difícil de perceber, muito embora devesse ser mais simplificado que o da fase anterior. Assim, admitimos que se terá mantido em funcionamento a canalização de drenagem CAN2, que cruzava a área 12, parecendo convergir no espaço que corresponderia à área 11, de onde seguiria, tal como na fase anterior para a área 1, drenando para o exterior através da canalização CAN1.

Por sua vez, julgamos que terão sido desativadas as canalizações que, na fase anterior drenavam a água das piscinas do *caldarium*, bem como a canalização CAN12 que escoava a água do anterior tanque localizado na área 7.

As reformas operadas no balneário nesta fase articulam-se com a inutilização dos anteriores *caldários*, instalados nas áreas 3 e 15 e com a instalação de um novo na área 9. Estamos perante uma clara diminuição das áreas aquecidas, a que corresponde um correlativo aumento das áreas frias que recebem novos pavimentos com decoração musiva, testemunhada pelos restos de teselas encontradas nas várias salas. Este processo de diminuição das áreas quentes e de aumento das áreas frias, com implantação de hipocaustos em áreas anteriormente frias foi igualmente testemunhado nas termas do Alto da Cidade, na reforma operada na mesma época (Martins. 2005).

2.5. Fase V. Uma nova remodelação do balneário

A área intervencionada do balneário regista algumas pequenas reformas que podem ser datadas entre meados e finais do século IV. No entanto, o edifício manterá a estrutura herdada da fase anterior, sendo de destacar que apenas se terá mantido em funcionamento uma área quente (área 9), sendo os restantes compartimentos frios (Fig. 10).

Na área sul verifica-se o entaipamento da passagem que existia no muro definido pela UE035, que terá assim fechado o pequeno espaço situado a sul da área 1. O facto de se ter construído a nascente do muro UE041 uma canalização de água limpa (CAN12), disposta a norte do muro definido pela UE023, sugere que o pequeno espaço situado na parte sul da área 1 se tenha mantido em funcionamento podendo ter sofrido uma alteração de funcionalidade, convertendo-se presumivelmente num pequeno *alveus*. As águas sujas continuariam a ser drenadas através do muro correspondente à UE023 para a canalização CAN1, construída na Fase III.

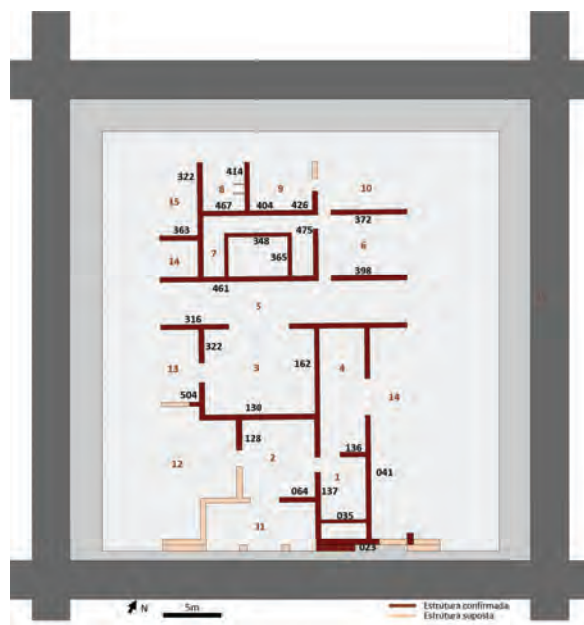


Figura 10. Planta interpretada das estruturas na Fase V.

Uma outra remodelação regista-se na área 7 onde se constroem os muros definidos pelas UEs365 e 348, com orientação N/S e E/O, respetivamente, os quais se encontram travados. Muito embora se apresentem muito saqueados, é bastante claro que assentaram no anterior pavimento de *opus signinum*, representado pelas UEs341=363. Apesar de se desconhecer o seu limite poente, julgamos que os muros referidos poderiam definir uma piscina de água fria, que encostaria ao muro representado pela UE461 que pode ter sido parcialmente desmontado para permitir o acesso à estrutura a partir do corredor correspondente à área 5.

2.6. Fase VI. Os primeiros saques do edifício

Admitimos que o balneário se possa ter mantido em funcionamento até ao século V, momento a partir do qual poderá ter sido ainda utilizado com outra função, talvez ainda durante o século VI. Na verdade, as valas de saque dos muros e de outras estruturas do edifício contêm um volume significativo de cerâmicas datadas entre os séculos V-VII, que sugerem que a área do edifício terá continuado a ser ocupada pelo menos durante

parte desse período, muito embora se desconheçam as características de tal ocupação. Registe-se, contudo, a existência de níveis de enchimento de algumas estruturas, como é o caso da possível piscina construída no século IV na área 7, que revela dois níveis distintos, um (UE261) com materiais do século IV e outro (UE361) que possui materiais datáveis entre finais do século IV/primeira metade do século V, correspondendo ao seu abandono (Fig. 11).

O enchimento de várias canalizações, designadamente da CAN3 de adução de água, da CAN2 e da CAN1, possui igualmente materiais datáveis dos séculos V-VII, facto que indica a inutilização destas estruturas, anteriores à sua destruição.

Tendo em conta a cronologia dos materiais presentes nas primeiras valas de saque das estruturas do edifício julgamos que as mesmas poderão ser datadas de um período imediatamente posterior à Antiguidade Tardia, que situamos, a título de hipótese, nos séculos VIII-IX.

Tendo por base os conhecimentos disponíveis e a localização da área arqueológica relativamente ao núcleo urbano que persistiu ocupado no quadrante nordeste da anterior cidade romana, julgamos que o saque dos muros poderá associar-se com a necessidade de pedra para a construção de uma primeira cerca medieval, cujo

traçado coincide com o da muralha fernandina, mas que sabemos que teria como limite norte a muralha romana (Martins e Ribeiro, 2013).

Assim, o registo arqueológico parece assinalar uma ausência de atividades construtivas que documentem uma continuidade de ocupação da área intervencionada posterior ao século VII, evidenciando, pelo contrário, o saque das estruturas pertencentes ao balneário romano, o que indica que o setor escavado poderá ter-se transformado no miolo de um novo quarteirão integrado na estrutura urbana do medieval Bairro das Travessas, cuja génese poderá corresponder a esta fase.

No entanto, cabe sublinhar que os materiais cerâmicos dos séculos intermédios da Idade Média (VIII-IX) estão presentes em várias unidades sedimentares do setor, ainda associados a enchimentos de numerosas valas de saque de muros, para obtenção de material de construção.

2.7. Fase VII. Uma nova fase de saques de pedra

Uma nova fase de saques e destruição das estruturas do balneário pode ser datada entre os séculos XIV-XV, tendo por base a cronologia dos materiais cerâmicos presentes nos enchimentos das valas de roubo de pedra, datáveis dos séculos XIII/XIV. Na verdade, cabe sublinhar a abundância de cerâmicas baixo-medievais, nalguns casos

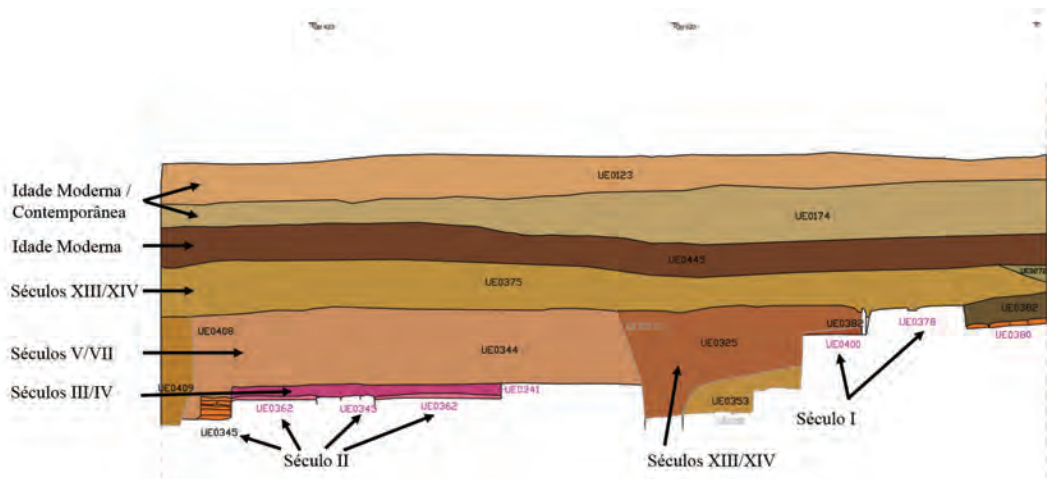


Figura 11. Corte estratigráfico interpretado da sequência de ocupação.

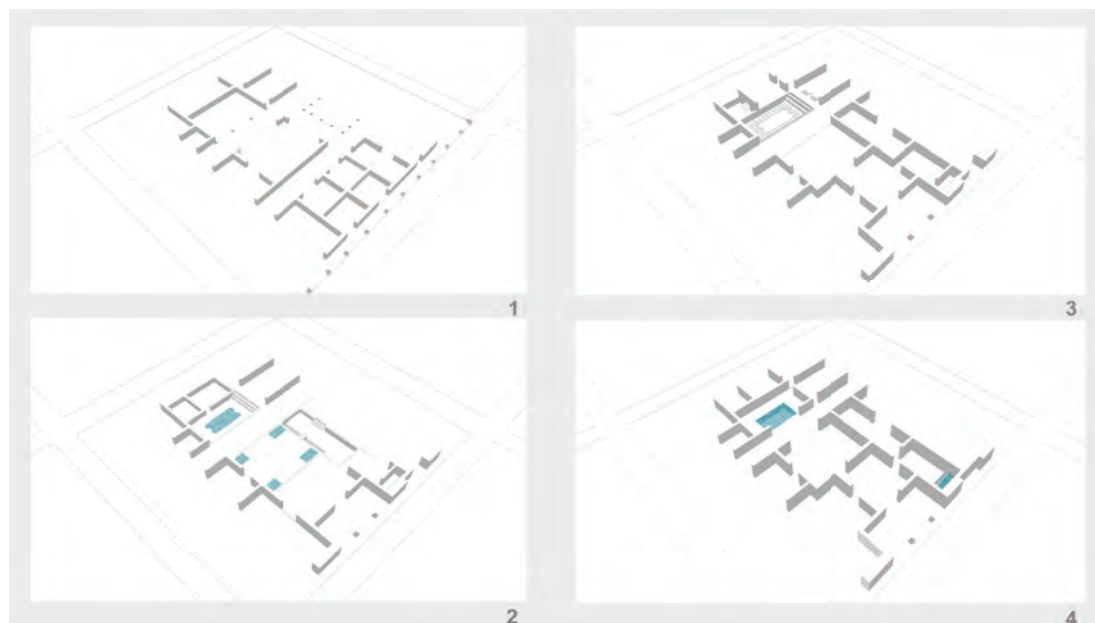


Figura 12. Restituição 3D da evolução do edificado do quarteirão. 1. Fase II (*domus*); 2. Fase III (termas fase 1); 3. Fase IV (termas fase 2); 4. Fase V (termas fase 3).

associadas a numismas datados do século IV, como acontece na UE325, facto que documenta os profundos revolvimentos do solo operados na busca de pedra, talvez necessária para a construção da muralha fernandina, ou do Paço medieval, dois grandes empreendimentos urbanos de Braga dos séculos finais da Idade Média (Marques, 1983; Ribeiro, 2008).

2.8. Fase VIII. O período moderno

As evidências arqueológicas do setor interencionado a partir dos séculos XIV-XV associam-se à utilização do espaço como logradouro. Assim, registam-se ainda alguns saques pontuais (UE243), a formação de níveis sedimentares, relativamente potentes, que tendem a regularizar o terreno, como acontece com a UE375 (Fig. 11), bem como algumas raras ações construtivas. Destas destacamos a implantação de uma estrutura muito tosca (UE198), com cerca de 1,40 m de largura, assente sobre a UE274, que forneceu materiais dos séculos XIII-XIV.

2.9. Fase IX. O período contemporâneo

A regularização do terreno, iniciada na época moderna, prosseguiu até à época contemporânea, registando-se uma considerável subida de

cota entre os níveis de ocupação romanos e o solo atual, algo que resulta de significativos aterros que integraram abundantes materiais datáveis entre o período moderno e contemporâneo, representados pelas UEs 445 e 174 (Fig. 11).

Por outro lado, cabe registar algumas ações construtivas relacionadas com a implantação de muros traseiros de habitações, como acontece com o conjunto de UEs 408, 410, 409, ou com a implantação de canalizações que cruzaram o terreno em várias direções, abertas em unidades estratigráficas com materiais das épocas moderna e contemporânea. Entre elas podemos referir a canalização CAN7, com orientação E/O, implantada na UE174, com paredes de pedra (UE434), que assentam diretamente na terra, sendo coberta por pedras transversais (UE433).

2.10. Fase X. O século XX

Correspondendo a um período que podemos datar do século XX cabe destacar a ocorrência de ações construtivas no interior do quarteirão, especialmente associadas à implantação de canalizações. Entre elas refira-se a canalização CAN9, implantada numa camada correspondente à UE100, com orientação N/S, a qual assenta diretamente sobre terra, dela se conservando ape-

nas as paredes (UE442). Uma outra canalização (CAN8), com a mesma orientação e igualmente assente em terra, foi aberta na UE124, sendo coberta por um piso empedrado, correspondente à UE105.

3. Considerações finais

Os trabalhos realizados na zona arqueológica em análise, em 1998 e 2002, permitiram identificar um amplo conjunto de estruturas que correspondem a diferentes momentos de ocupação deste setor da cidade, que podem ser balizados entre finais do século I a.C. e a atualidade. Na verdade, estamos em face de uma área que foi intensamente ocupada ao longo da época romana e no período tardo antigo, tendo-se transformado num possível logradouro na Alta Idade Média, momento em que se terá registado uma profunda reestruturação da morfologia dos quarteirões romanos, que deu lugar ao aparecimento de outros que vão formalizar a morfologia do conhecido bairro medieval da Travessas, caracterizado por quarteirões retangulares, que se reconfiguraram a partir da fusão e reparcelamento dos anteriores quarteirões romanos (Martins e Ribeiro, 2013). Este processo encontra-se igualmente associado ao aparecimento de um tipo de urbanização tipicamente medieval, onde as casas ocupam as áreas contíguas às ruas, associando na parte traseira pequenos quintais, que vão formalizar a estrutura dos logradouros do interior dos quarteirões, que persistem ainda hoje na morfologia da área correspondente ao centro histórico de Braga.

A prática ausência de estruturas medievais e modernas na zona intervencionada parece dever-se à circunstância da mesma se ter transformado num logradouro, a partir da Alta Idade Média, tendo assim permanecido até ao momento da escavação (Fig. 1).

A interpretação conjunta das estruturas, da estratigrafia e dos materiais permitiu definir nesta zona arqueológica dois edifícios distintos, que se sucedem a uma Fase I, com características difíceis de definir, mas que podemos datar entre finais do século I a.C. e meados do século I da nossa era. O primeiro edifício a ser construído possui indiscutíveis características de *domus* (Fase II) (Fig. 12.1), parte da qual terá sido adaptada a um balneário público no século II (Fase III). Este edifício sofreu várias remodelações (Fig. 12), muito embora só tenha sido possível definir com clareza uma que corresponde aos finais do século III/inícios do IV (Fase IV) e uma outra datável entre meados e finais do século IV (Fase V). Admitimos que o balneário se possa ter mantido em funcionamento até ao século V, momento a partir do qual poderá ter sido utilizado com outra função. Na verdade, as valas de saque dos muros e outras estruturas do edifício contêm abundantes materiais datados entre os séculos V-VII, razão porque admitimos que os primeiros saques tenham ocorrido entre os séculos VIII/IX (Fase VI), período a que correspondem alguns aterros destinados a regularizar o solo. Uma outra fase pode ser associada a um segundo momento de saques, para obtenção de pedra (Fase VII). Os materiais datáveis dos séculos XIII/XIV contidos nos enchiamentos das valas sugerem que os mesmos devem ter ocorrido entre os séculos XIV/XV. A partir de então as evidências de ocupação são basicamente sedimentares, sendo possível individualizar unidades estratigráficas com material moderno (Fase VIII) e outras já com material contemporâneo (Fase IX), associadas, neste caso, a várias canalizações, bem como à implantação de paredes traseiras das casas que bordejam o quarteirão. Uma última fase, datável presumivelmente do século XX (Fase X), está associada à construção de um pavimento empedrado que cobria boa parte da área do quarteirão.

4. Bibliografia

- MAGALHÃES, F. (2010) – *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*. Dissertação de Mestrado (policopiada). Braga: Universidade do Minho.
- MARQUES, J. (1983) – *Braga medieval*. Braga.
- MARTINS, M. (1997/98) – A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 14-15, p. 23-46.
- MARTINS, M. (2005) – *As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*. Braga: UAUM/Narq.
- MARTINS, M. (2006) – Bracara Augusta a roman town in Northwest of Iberia. Recent archaeological research. *Journal of Roman Archaeology*. Oxford, p. 213-222.
- MARTINS, M. (2009) – Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In DOPICO CAÍNZOS, D. VILLANUEVA ACUÑA, M. e RODRÍGUEZ ALVAREZ (eds.), *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*. Lugo, p. 181-211.
- MARTINS, M e DELGADO, M. (1989/90) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. S. II, 6/7, p. 11-39.
- MARTINS, M., DELGADO, M. e ALARCÃO, J. (1994) – Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta: Balanço dos resultados. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XXXIV, (1-2), p. 303-319.
- MARTINS, M., RIBEIRO, M. C. e MEIRELES, J. (2011) – As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana., *Actas del Seminario Internacional Aquae Sacrae. Agua y Sacralidade en época antigua*. Girona. p. 69-102.
- MARTINS, M., RIBEIRO, J., MAGALHÃES, F. e BRAGA, C. (2012) – Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In RIBEIRO, M. C. e MELO, A. (coord.), *Evolução da Paisagem urbana. Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, p. 29-68.
- MARTINS, M. e RIBEIRO, M. C. (2013) – Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In RIBEIRO, M.C. e MELO, A. (coord.), *II Colóquio Internacional Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos espaços urbanos*. Braga: CITCEM/IEM, p. 11-44.
- PEÑIN; R., CUNHA, A., MAGALHÃES, F. e MARTINS, M. (no prelo) – La secuencia tardoantigua y medieval de la zona arqueológica D. Afonso Henriques 36/40 y 42/56. *Atas do II Congresso Internacional da SECAH – EX OFFICINA HISPANA*, Braga, p. 495-506.
- RIBEIRO, J., FERNANDEZ, A., CUNHA, A., MARTINS, M., MAGALHÃES, F. e BRAGA, C. (no prelo) – A cerâmica romana do balneário da rua Dom Afonso Henriques: estudo preliminar da sequenciação cronológica e ocupacional do edifício. *Atas do II Congresso Internacional da SECAH – EX OFFICINA HISPANA*, Braga.

- RIBEIRO, M. C. (2008) – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma A metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*, Dissertação de doutoramento. Braga: Universidade do Minho, Braga (policopiada).
- SOUSA, A. (2012) – *As termas públicas e privadas de Bracara Augusta: os casos de estudo da R. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais*. Relatório de Estágio de Mestrado. Braga: UMinho (policopiado).
- TEIXEIRA, H. (2012) – *Sistemas de abastecimento e drenagem de água a Bracara Augusta: aquedutos, canalizações e cloacas*. Relatório de Estágio de Mestrado. Braga: UMinho (policopiado).

